

M e m ó r i a

50ª Reunião Ordinária do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM

Data: terça-feira dia 15 de ABRIL

Horário: 9h às 17h

Local: Ministério do Desenvolvimento Social, Esplanada dos Ministérios Bloco C, 6º andar, sala 617

Coordenação: SPM Secretária-Executiva

Lourdes Bandeira

Participantes:

- | | |
|--|------------------------------------|
| 1. Banco do Brasil (BB) | Maria Inês Oliveira Bodanese |
| 2. Banco do Brasil (BB) | Marcelo Correa |
| 3. Banco do Brasil (BB) | Julianna Vieira |
| 4. Caixa Econômica Federal (CAIXA) | Sandra Helena Del Pupo |
| 5. Conselho Nac Direitos da Mulher (CNDM) | Lucia Helena Rincon Afonso |
| 6. Conselho Nac Direitos da Mulher (CNDM) | Silvana do Amaral Veríssimo |
| 7. Conselho Nac Direitos da Mulher (CNDM) | Vera Machado |
| 8. Instituto de Pesq Econ Aplicada (IPEA) | Elizabeth Marins |
| 9. Min. da Agricult, Pecuária e Abas (MAPA) | Vera Lúcia de Oliveira |
| 10. Min. da Agricult, Pecuária e Abas (MAPA) | Derlinda Vieira de Souza |
| 11. Min. da Defesa (MD) | Rodrigo MartinsPrates |
| 12. Min. da Defesa (MD) | Júlia Pessôa de Almeida |
| 13. Min da Cultura (MinC) | Marília Gabriela Villareal Goulart |
| 14. Min. da Educação (MEC) | Daiane Lopes |
| 15. Min. da Educação (MEC) | Márcia Regina Quevedo Kay |
| 16. Min. da Saúde (MS) | Lidiane Gonçalves |
| 17. Min. da Pesca e Aquicultura (MPA) | Roseli Zerbinato |
| 18. Min. das Cidades (MCid) | Joseane Ratatori Couri |
| 19. Min. das Comunicações (MC) | Juliana Moraes Góes |
| 20. Min. das Relações Exteriores (MRE) | Laura Berdine Santos Delamonica |
| 21. Min. do Des. Social e Come à Fome (MDS) | Teresa Sacchet |
| 22. Min. do Desenvolvimento Agrário (MDA) | Karla Hora |
| 23. Min. do Meio Ambiente (MMA) | Ana Carolina Santos |
| 24. Ministério do Planej, Orç e Gestão (MP) | Marta Pordeus |
| 25. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) | Esther Baltazar Alvim |
| 26. PR/Seppir | Dalila Negreiros |
| 27. PR/Secretaria Geral | Carla de Paiva Bezerra |
| 28. PR/SPM | Leila G. Ollaik |
| 29. PR/SPM | Camila Firmino |
| 30. PR/SPM | Neuza Tito |
| 31. PR/SPM | Maria Angélica Costa |
| 32. PR/SPM | Maria Júlia Martins |

A Secretária Executiva da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, **Lourdes Bandeira**, abriu a reunião dando as boas vindas a todos, agradecendo à representante do MDS no Comitê e Presidente do Comitê de Gênero do MDS, Teresa Sacchet, pela disponibilização do local no MDS para realização da reunião do Comitê PNPM. Informou da intenção de realizar as reuniões do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM nos diversos ministérios que o compõem, mantendo as reuniões itinerantes durante 2014, com o intuito de divulgar mais os trabalhos do Comitê e envolver mais os órgãos que o compõem. Explicou que a primeira reunião do ano está acontecendo só agora, em abril, devido a conflitos de agenda e muitos compromissos nos primeiros três meses do ano.

Houve uma rodada de apresentações de todas/os as/os presentes.

Secretária **Lourdes Bandeira** iniciou os informes da SPM, dando a posição atual do Programa Casa da Mulher Brasileira, destacando a atuação dos barcos na região da Amazônia, cujo objetivo é atender as mulheres das águas e da floresta, em parceria com a Caixa Econômica Federal. Informou sobre a efetividade da Lei nº 12.845 que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual pelo SUS. Informou sobre a participação na 58ª Reunião da Comissão Social das Mulheres (CSW) da ONU Mulheres, realizada em Nova Iorque na primeira semana de março. Informou sobre o lançamento da Plataforma mais mulheres no poder e do lançamento do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher - RASEAM.

Neuza Tito, Secretária Adjunta da Secretaria de Avaliação de Políticas e Autonomia Econômica das Mulheres da SPM/PR, informou sobre o andamento do programa Pró-Equidade de Gênero e Raça e das principais ações desenvolvidas pela SPM nesta área. O informe foi entregue a todos os presentes.

Iniciou-se uma rodada sobre as providências para criação e também para o fortalecimento do funcionamento dos Comitês de Gênero nos diversos ministérios.

Os dois representantes do Ministério da Defesa – MD deram a boa notícia de que foi assinada a Portaria que cria o Comitê de Gênero no MD. Coronel Rodrigo Prates fez um histórico dos esforços que começaram há muito tempo, com a participação do MD nas conferências nacionais de políticas para as mulheres, a assinatura de carta de intenções com a ONU Mulheres em 2011, a assinatura do Protocolo de Intenções entre MD e SPM em 2013, a inserção de ações do MD no PNPM, o convite para o MD integrar este Comitê etc. Ao concordar com os termos do PNPM, o MD entendeu que concordou com a ação de ampliar os números de comitês nos órgãos do governo federal. Explicou que inicialmente foi elaborada uma nota técnica que justificava a criação do referido comitê, que foi aperfeiçoada e melhorada em várias versões, destacando o interesse da Defesa na criação do Comitê com enfoque em três grandes vertentes no crescente efetivo de mulheres militares, nas circunstâncias de vida das esposas de militares e no enfrentamento das questões de gênero nos cenários de atuação das Forças Armadas. Lembrou a Resolução nº 1.325 do Conselho de Segurança da ONU, que decorre da constatação de que o impacto, em qualquer conflito, é sempre maior sobre as mulheres e que o MD deve apoiar a implementação dessa Resolução. As ações do MD no PNPM são todas voltadas às operações de paz, nas quais a importância da perspectiva de gênero é inquestionável. Mencionou ainda que haverá ampliação do quadro feminino nas forças armadas, que no

momento é de 6,3%, ainda longe do parâmetro ideal de 20%. Informou que em 2014 houve ingresso das primeiras mulheres na Escola Naval. Na área administrativa já havia presença das mulheres, e tem aumentado. Na Aeronáutica já houve ingresso das mulheres também na área bélica, pilotando os aviões caça. O ingresso das mulheres na área finalística começou este ano na Marinha, que já tem uma Almirante na área de saúde. No Exército, o ingresso de mulheres na Academia Militar será iniciado a partir de 2017. Houve também a admissão de “capelãs” evangélicas, iniciada este ano. No tocante à família militar, o enfoque que antes era nas esposas e filhas, agora é também sobre as próprias mulheres militares, para que haja apoio adequado a estas em todos os rincões do Brasil na extensão de todas as suas necessidades: creches, autonomia econômica, equipamentos públicos etc. Com essa justificativa das três vertentes (incremento de pessoal feminino, cenários de atuação e família militar), a Nota Técnica foi levada ao Ministro da Defesa e aprovada. Trazia duas possibilidades: criação de Comissão de Gênero e Direitos Humanos ou Criação de Comitê de Gênero (exclusivamente). O Ministro preferiu a Comissão de Gênero. A proposta passou por todas as instâncias, com pareceres favoráveis, e a Portaria foi assinada ontem. O Comitê fica encarregado de desenvolver trabalho em todos os fóruns para valorizar a atuação da mulher no MD. É preciso mais mulheres em posições de poder de decisão e é fundamental que não estejam apenas nas áreas administrativas. Ficamos muito contentes com essa novidade, e com isso o Brasil se coloca mais avançado na questão de gênero na Defesa, assim como já estão países como a Argentina e o Chile.

Roseli Zerbinato, representando o Ministério da Pesca e Aquicultura, informou que desde abril do ano passado há negociações sobre a criação do Comitê, internamente no ministério. A proposta já passou por várias instâncias e discussões. O gabinete do ministro vinha se mostrando favorável, mas havia resistência na secretaria executiva. O documento de apoio disponibilizado a este Comitê, sobre como instituir mecanismos de gênero, e a Oficina Mecanismos de Gênero realizada em agosto de 2012 trouxeram um aporte muito importante para fortalecer a discussão interna. Houve recentemente troca de Ministro na pasta, mas a expectativa é de que o Comitê seja efetivado em breve. A Portaria já está na Consultoria Jurídica do órgão para análise. O Comitê será formalmente instituído vinculado ao gabinete do ministro. Já houve reunião com representantes de cada secretaria e com superintendentes. Haverá solenidade de assinatura. Ofereceu-se o MPA como anfitrião para próxima reunião do Comitê PNPM.

Representante do Ministério das Comunicações também informou que o Comitê de Gênero do MC está prestes a ser institucionalizado. Os dados do RASEAM foram importantes para mostrar a necessidade desta implementação. Embora os dados mostrem que a média de acessos está equilibrada entre mulheres e homens, exceto no meio rural e em algumas regiões, isso não reflete o uso qualitativo, e é preciso ações para que a mulher tenha informações sobre todas as formas para que possa ter ganhos econômicos e políticos. O Comitê foi aprovado com esse foco. Ficamos sabendo de um projeto de mulheres de uma comunidade indígena que utilizam a internet para exportação da pimenta que elas produzem. Um *chef* de cozinha conheceu a pimenta produzida por elas, começou a usá-la no exterior, e elas tiveram um ganho grande. Espera-se que o Comitê traga resultados concretos como esse, e que até o final da semana a nota técnica seja assinada e em breve a portaria seja publicada. Ofereceu, na sequência, o local para a realização da próxima reunião do comitê, no Ministério das Comunicações. O Comitê dará mais força ao monitoramento do PNPM, pois embora a Secretaria de Inclusão Digital tenha ações no

PNPM, há ações, no PNPM, como por exemplo, sobre banda larga, que estão em outras secretarias do MC. O Comitê vinculado à secretaria executiva terá mais facilidade para fazer esse monitoramento, com representante de todas as demais secretarias, não contando apenas com a secretaria de inclusão digital.

Representante do Ipea informou que em 29 de janeiro foi instituído o comitê do programa de Pro-Equidade de Gênero e Raça, presidido pelo chefe de gabinete, com reuniões mensais, com o objetivo de propor políticas para maior igualdade nas relações de trabalho dentro do Ipea. O Prof. Bernardino Costa, da UnB, foi contratado pelo Ipea como bolsista para realizar diagnóstico que apresentará o perfil de gênero e raça dos servidores do Ipea. Importante reforçar que o Pró-Equidade não é mecanismo de gênero, pois está restrito à gestão de pessoas do órgão. O Ipea já tem um mecanismo de gênero, na forma da Coordenação de Estudos de Gênero na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc), mas ainda assim entende-se que seria interessante conseguir institucionalizar um Comitê de Gênero com representantes de todas as áreas.

Maria Inês, nova representante do **Banco do Brasil** em substituição a Maurício Messias, fez informes sobre os avanços conquistados no programa Pró-Equidade de Gênero no âmbito do BB e entregou a todas a publicação sobre a atuação do Banco no Programa. Sobre a adesão do Banco à Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha, informou que o Plano de Trabalho já foi elaborado e todos os clientes do BB começarão a receber, via **extrato** e via *facebook*, a mensagem da campanha. O BB solicita *feedback* sobre isso. Informou ainda que houve assinatura de três editais de obras da Casa da Mulher Brasileira: em Brasília, Campo Grande e Vitória. Além disso, haverá patrocínio do BB ao *Women's Fórum*, que ocorrerá de 26 e 27 de maio em São Paulo. Sobre o Programa Casa da Mulher Brasileira, Lourdes Bandeira informou que a Casa no DF será a primeira a ser inaugurada e está prevista a inauguração para o dia 14 de julho de 2014.

Representante do Itamaraty, **Laura Delamonica**, informou que embora o debate no Ministério das Relações Exteriores não esteja tão avançado como na Pesca ou nas Comunicações, o MRE demonstra preocupação muito grande com a situação das mulheres nas suas carreiras e atualmente há uma organização de mulheres no Itamaraty com reuniões informais e uma das propostas foi exatamente a criação de um comitê de gênero. Já houve debate inicial sobre a composição e o formato deste Comitê. O debate está acontecendo no MRE e esperamos que avance. Há engajamento tanto das mulheres dentro do ministério quanto também das chefias da casa no MRE. Há o aceno positivo do Ministro para criar o Comitê de Gênero no MRE.

Representante do Ministério da Saúde, **Lidiane Gonçalves** informou que embora o Ministério da Saúde conte com a Coordenação Geral de Saúde a Mulher, que pela definição é considerado um mecanismo de gênero, a coordenadora de saúde da mulher, **Esther**, entende que um comitê vinculado ao gabinete daria mais força ao tema dentro do MS. Explica que estamos em um momento interessante para tentar fazer uma nova conversa para criação do comitê, via secretaria executiva. A coordenação encontra bastante dificuldade para fazer o monitoramento porque há várias ações do PNPM com o MS que não estão sob a responsabilidade da área técnica de saúde da mulher. Assim, o MS solicita apoio da SPM para fazer essa conversa com a secretaria executiva do MS, porque a discussão não tem avançado muito dentro do Ministério da Saúde. Não conseguimos identificar alguém no gabinete no ministro ou na secretaria executiva que acate a ideia e a

faça acontecer. Ainda que seja especificamente para fazer o monitoramento das ações do PNPM no Ministério da Saúde, seria interessante a criação do Comitê no MS. Já há tantos comitês dentro do Ministério da Saúde, que fica difícil a proposta ir para frente sem o apoio mais explícito e direto da SPM, pois as pessoas resistem à criação de outro comitê.

A representante do MS deixou registrado assim o pedido de apoio, para aproveitarmos esse momento de mudança e tentarmos fazer uma articulação para conseguirmos criar um comitê no Ministério da Saúde. No PNPM, todo o capítulo 3 é dedicado à saúde. É preciso um esforço maior em um escalão mais alto. A resistência é muito grande. A Secretária Executiva se comprometeu agendar uma reunião com o secretário executivo do Ministério da Saúde. Até a próxima reunião do Comitê teremos um novo posicionamento. O Ministério da Saúde informou também que estão sendo lançadas duas normas técnicas novas de grande impacto para os usuários do SUS: o teste rápido de gravidez, que será distribuído para os municípios, sem vinculação de o teste ser realizado por enfermeiro dentro da unidade, mas mediante distribuição e a mulher faz o teste aonde preferir; e a outra diz respeito à previsão de interrupção a qualquer momento da gravidez, em determinados casos. São medidas que estão prontas para serem lançadas.

Representante do Ministério da Educação informou que houve mudança do ministro na educação. Desde 2009 esta representante faz parte deste Comitê e tenta levar esse tema ao gabinete do MEC. A Secretaria-Executiva da gestão anterior (Ministro Mercadante) se mostrava contrária à criação do Comitê, argumentando que já existem muitos comitês e que a diretoria de minorias poderia ficar encarregada do assunto. O Ministro Paim é favorável ao tema. Solicita apoio da SPM para sensibilizar o secretário executivo do MEC. As ações de gênero constantes do PNPM cujo órgão executor é o MEC ficam sob responsabilidade de monitoramento de uma técnica e, na ausência dela, não há outra pessoa para realizar o acompanhamento de forma sistemática no âmbito do MEC, prejudicando o monitoramento do PNPM.

Secretária **Lourdes** reforçou a necessidade de fortalecer o acompanhamento, pois essa questão do monitoramento é muito importante tanto para o poder Executivo (monitoramento do PNPM feito por este Comitê), quanto para o controle externo (na forma dos tribunais de contas, mencionando que há uma cobrança bem mais ampla, inclusive internacional). Existem, no governo federal hoje, nove agendas transversais no plano plurianual. Temos que ter esse monitoramento para responder adequadamente. E os ministérios da Saúde e da Educação são de muita importância.

Dalila Negreiros, da Seppir, informou que houve o processo de discussão da criação do comitê na Seppir, com debate e minuta de portaria, mas foi uma questão que não teve continuidade. Para 2014 está no planejamento da Seppir retomar o debate para instituição do comitê.

O **Coronel Rodrigo Prates**, do MD, lembrou a todos da importância de participação efetiva dos membros deste comitê no processo de elaboração do PPA 2016-2019. A instituição dos comitês em 2014 tem essa missão também: elaborar a proposta do próximo PPA.

Teresa Sacchet, representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, informou sobre o Comitê de Gênero do MDS, em funcionamento desde 2009, que desenvolveu seu planejamento estratégico em 2013 e vem na tentativa de colocá-lo em

prática. Sugeriu desenvolvermos um curso de capacitação para os pesquisadores, de 20 a 30 horas-aula, para construção de pesquisas com uma perspectiva de gênero. Mencionou o exemplo do Pronatec, onde há dados que classificam 23% dos beneficiários como “outros”, e as pesquisas de monitoramento não trazem a pergunta se os beneficiários são homens ou mulheres. Há a pergunta “Você arrumou emprego? O Pronatec o ajudou a arrumar emprego?” Mas não se sabe se são homens ou mulheres os que alcançam resultados com o programa. O Comitê de Gênero do MDS levou essa preocupação à SAGI/MDS, para o diretor de pesquisa, que afirmou que as pesquisas não incorporam a perspectiva de gênero porque a equipe não sabe como fazer isso. Precisamos da ajuda da SPM para pensar em nomes e realizar essas capacitações. Essa é uma das ações do planejamento estratégico do Comitê de Gênero do MDS. Uma questão muito importante do planejamento e do monitoramento é a desagregação de dados. Já houve reuniões com o Secretário Januzzi (SAGI), com o Secretário da Superação da Extrema Pobreza, Tiago Falcão, e são dados que não existem e exigem esforços para produzi-los. Em uma conversa com um dos diretores, o Marconi, que cuida da gestão de dados, soube-se que a Seppir tem uma linha de pesquisa dentro da SAGI para questão racial. Hoje, entrando na SAGI, tem relatório de informação das políticas do MDS para questão racial. Teremos mais força na medida em que a SPM diretamente começar a conversar com essas áreas. Solicitou que a SPM converse com a SAGI/MDS, que faça também um pedido de reunião da secretaria executiva da SPM com o secretário da SAGI solicitando essas informações, para dar mais força e permitir colocar isso em prática. No mês que vem haverá devolutiva de dados para sociedade. Para podermos implementar uma política de gênero a primeira coisa seria conhecer os dados. Estamos tomando outras iniciativas enquanto não conhecemos os dados. Precisamos de um banco de dados para planejar melhor as ações do comitê de gênero do MDS e também para monitorar e avaliar. A SPM pode fazer essa demanda, importante inclusive para fornecer dados ao RASEAM. Precisamos dos dados desagregados para o Pronaf, o Pronatec etc. O dado que a gente tem é que 93% dos titulares dos cartões do Programa Bolsa são de mulheres; 63% das matrículas do Pronatec são de mulheres. Mas não sabemos quantas se formam. Nem que mulheres (condição racial, geracional, regional). Uma série de desagregações para um segundo momento. Além do sexo: quantos são homens, quantos são mulheres. Mas quais são e quem são os/as participantes. Sabe-se que a maioria é negra. No Programa Bolsa a maioria é negra. Há dados. Temos que solicitar outros dados, criar um conjunto de indicadores, a partir de uma consulta às secretarias. No Comitê de Gênero do MDS há hoje um titular e dois suplentes, conforme Portaria nova que será publicada em breve. O Comitê foi ampliado com vagas para três representantes (um titular e dois suplentes) e inclusão da assessoria de comunicação do MDS, importante para desconstruir a visão tradicional que é passada inclusive pelas comunicações governamentais. Teremos pequenas campanhas publicitárias e mais atenção por parte da Ascom que reafirma a ideia da mulher vinculada ao espaço privado e o homem ao espaço público. Tivemos reunião com ONU Mulheres, universidades, nesse sentido. Por exemplo, na semana da mulher propusemos uma atuação bem diferente, mas na última hora fizeram divulgação de *shake* emagrecedor, promoção para fazer as unhas, cuidar da beleza etc. bem na linha da “mulher feminina”, reforçando uma visão tradicional sobre a mulher. O que foi bom de alguma forma é que gerou reclamações inclusive de secretárias adjuntas. Eu liguei para secretaria de recursos humanos, que desconsiderou minha crítica e disse que recebeu elogios. Isso gerou um burburinho. A subsecretária enviou e-mail geral para todos, explicando o ocorrido. Foi bom nesse sentido. É importante que o RH participe e esteja alinhado

conosco. O Comitê de Gênero tinha conversado, dissemos para fazer uma coisa, fizeram outra. Espero que com a ampliação do comitê, a perspectiva de gênero em todas as áreas se fortaleça, para termos uma consciência de gênero forte. Nunca é fácil. Nessa questão de indicadores, peço que a SPM faça essa conversa/articulação, solicitando relatório com informações de gênero como a Seppir fez para raça, e o Comitê de Gênero do MDS ajude. É preciso romper com o discurso de que vamos incluir as mulheres porque elas são mais habilidosas. A intenção é positiva (vamos incluir), mas de que maneira? Não pode ser na dimensão mais conservadora e mais tradicional. Tem que ser de forma equitativa. Temos de ter sempre essa atenção. A mulher deve se deslocar para o espaço público não para ser re-explorada, mas sim para se colocar em posições mais autônomas e valorizadas.

A representante do Ministério das Comunicações, **Juliana Moraes Góes**, mencionou exemplo similar, na questão dos convênios do MC, onde em um dos convênios o material trazia charges com conteúdo machista. Foi utilizado o próprio PNPM para não aceitar aquele produto, e os conveniados terão de devolver os recursos públicos. É preciso seguir a orientação do governo. As pessoas que estavam fazendo a prestação de contas utilizaram o PNPM para não aceitar o produto. Foi uma estratégia que deu certo.

A Secretária **Lourdes Bandeira** lembrou, nesse sentido, que a Ministra Eleonora Menicucci conseguiu, na mesma linha, barrar as camisetas da Adidas sobre a Copa. Foi uma atuação de repercussão internacional. Aonde cada um de nós está, podemos sim fazer alguma coisa para barrar qualquer forma de denegrir a imagem da mulher.

Sandra del Pupo, representante da CAIXA, informou que tem atuado de forma mais estruturada. Ela é da área de relacionamento com os empregados da CAIXA; mas é outra área, a de marketing, que faz toda comunicação, tanto para fora quanto para dentro. No dia da mulher, a equipe de marketing fez uma campanha absolutamente desvinculada de qualquer política do governo. Conseguimos barrar e a campanha foi toda reformulada. Não podemos mais ficar brigando com as empresas de publicidade. Na CAIXA, faremos um fórum com os nossos fornecedores, sobre a política de diversidade (gênero, raça...), para capacitar as empresas de publicidade. O Fórum incluirá tanto o marketing interno, as equipes de publicidade e as empresas prestadoras de serviço. O ocorrido, de eles terem errado tanto antes do dia internacional da mulher, suscitou uma carta do presidente e ações muito positivas. A carta do presidente ficou perfeita: um exemplo de ação da CAIXA do dia internacional da mulher. No último concurso público também houve uma vitória: foi inserida a linguagem inclusiva (candidato/candidata). Além disso, devido à pesquisa de clima organizacional, houve cobrança dos respondentes para que essa pesquisa utilize também linguagem inclusiva (gestor e gestora). A pesquisa foi desenvolvida pela própria gerência que trabalha com a diversidade. É preciso patrulhar o tempo todo, até que a cultura mude.

Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), **Karla Hora**, informou que já existe mecanismo de gênero no MDA desde 2003. Apesar disso, o monitoramento tem de ser constante e a criatividade é impressionante. Mesmo com onze anos de atuação, o 8 de março é sempre um sofrimento. No *facebook* oficial do MDA -- depois de todo um trabalho de dados, estatísticas, indicadores, para avançar na nossa agenda -- distribuíram rosas e chamaram atenção para a delicadeza das mulheres. Tivemos que falar com o ministro para que a mensagem fosse suprimida. Temos feito o máximo possível e ainda somos pegas de surpresa. Onze anos, aprendendo constantemente. Tema novo:

conseguimos internalizar no ministério o planejamento estratégico para 2014 e 2015, últimos dois anos do PPA, e agenda das mulheres entrou em todos os pontos, nos onze eixos estratégicos, para que todas as áreas e unidades do MDA façam monitoramento das ações para mulheres, além de todas as ações exclusivas para as mulheres rurais. Foi uma vitória termos hoje a ação transversal e as ações específicas consolidadas. O MDA criou grupos de trabalho por grandes blocos de temas. Em todos os grupos a diretoria de mulheres e a secretaria executiva fazem parte. Isso, além de ser para dentro, foi levado ao conselho. No ano passado houve a primeira conferência com paridade de gênero, para o Plano nacional de desenvolvimento rural sustentável, com uma série de ações para efetivar a paridade. No Incra, uma das metas é ter cinquenta por cento de mulheres nos conselhos. Em 8 de março de 2014, foi realizado o segundo encontro de comitês de mulheres dos territórios. Ongs feministas ajudaram na articulação das mulheres. Foram 110 comitês funcionando com ações das mulheres. Estamos em parceria com SPM e CNPq para aprimorar e ampliar a presença de comitês de mulheres nos territórios, para levantar recursos para encontros, para formação, material... Temos a institucionalidade no ministério e temos comitês de mulheres nos diferentes colegiados e conselhos. Lá nos comitês e nos territórios, temos cinquenta por cento de mulheres participando dessas instâncias, via nosso Conselho Nacional. No Plano Safra, começou a haver desagregação por sexo: 26% do número de contratos da agricultura familiar são realizados em nome de mulheres, mas estas receberam 15% dos recursos no PRONAF. Os contratos das mulheres têm valores em média de R\$ 8.000,00, enquanto os dos homens ficam em torno de R\$10.000,00 a R\$12.000,00 reais. Estamos trabalhando na criação de indicadores por meio de parceria com a SPM e o IBGE, para área rural. Realizaremos estudo prospectivo sobre os dois censos, com recorte urbano rural. Haverá em breve a criação do @mulher com todos dados do IBGE desagregados, urbano e rural. Houve também uma reunião no Chile cujo um dos temas era a atuação das mulheres nos ministérios e nos órgãos governamentais para monitorar atuação nas políticas de mulheres rurais. Parte do programa a ser defendido pelos países é em relação ao reconhecimento do trabalho das mulheres rurais.

Passou-se então para o segundo item da pauta:

Ana Carolina Santos, representante do Ministério do Meio Ambiente, falou sobre os obstáculos encontrados pelo Comitê de Gênero do MMA para desenvolver efetivamente o monitoramento das ações do PNPM. Explicou que o MMA não trabalha com ações desagregadas por sexo e tem dificuldades para formulação, monitoramento e avaliação de políticas pela perspectiva de gênero. A Ministra Isabella Teixeira é mulher e sempre faz questão de falar que o MMA é o segundo ministério com o maior orçamento destinado às mulheres. No entanto, o Comitê de Gênero do MMA não consegue comprovar isso pelas ações e pelos dados disponíveis. O Comitê de Gênero do MMA existe há um ano e meio, mas é um comitê sem a efetividade desejada, porque não tem conseguido gerar resultados nem avaliações sólidas dos programas implementados pela pasta. Sofre preconceitos, pela forma que ainda veem a questão de gênero; sofre dificuldades institucionais, porque o comitê não está vinculado ao gabinete da ministra, e os representantes das unidades do MMA que têm assento no Comitê não têm o poder de decisão, não estão em cargos de decisão. Não se consegue mudar isso de uma hora para outra. É um processo. Mas, em termos mais práticos no ano passado, quando da última reunião deste Comitê PNPM, houve

a demanda que cada membro deste comitê ficasse responsável por colocar informações no sistema integrado de planejamento e orçamento - SIOP. A primeira reação evidenciada que nos falaram no MMA é que não sabem aonde colocar essas informações. Além disso, há no MMA, setenta preenchedores/as cadastrados/as no SIOP. Nenhum membro do Comitê de Gênero do MMA é preenchedor/a do SIOP. Dessas setenta pessoas, nenhuma tem o compromisso com o olhar de gênero. Sabemos que a pessoa preenchedora é responsável por preencher algumas ações, mas não sabemos quais ações. Além disso, a/o preenchedora/or às vezes não é a pessoa responsável pelo programa que preenche. Quem controla o cadastro desses/as preenchedores/as é o Ministério do Planejamento. A lista dos/as preenchedores/as que o Min Planejamento passou ao MMA estava defasada, pois há alta rotatividade de servidores/as, e estes não conscientes da grande relevância do papel de preenchedor/a do SIOP. É preciso pensar estratégias para tornar esse processo mais fácil e mais efetivo. Internamente, ficou decidido no MMA que será feita uma nota sobre a importância do PNPM, reforçando que o preenchimento dessas ações tem visibilidade, é cobrado e precisa ser feito. Os acordos internacionais de meio ambiente também cobram muitas informações sobre a implementação de indicadores de gênero na biodiversidade. E não temos respostas. De qualquer forma, quando chega uma cobrança internacional, gera um movimento de tensão internamente. Mas, passada a demanda específica, o assunto esfria novamente e entra no esquecimento. É preciso tratar o monitoramento do PNPM com mais seriedade. O Estado brasileiro já enxerga de outra forma a questão de gênero, mas isso não tem descido nas estruturas e não tem se traduzido em pequenas ações do dia a dia dos servidores do MMA. Precisamos de apoio da SPM para isso. E sugerimos que os membros do Comitê de Gênero do MMA e os/as preenchedores/as SIOP do MMA participem de uma reunião sobre o PPA no Min. Planejamento, para que todos compreendam melhor seus papéis.

Lourdes Bandeira informou que participou da reunião no Itamaraty para debater os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável/ODS, grupo formado por cinco ministérios, presidido pela Ministra Izabella Teixeira do MMA. A agenda dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável está fortemente vinculada também aos Objetivos do Milênio/ODM e que ambas contemplam a perspectiva de gênero, tanto em relação aos avanços da CPD - Comissão de População e Desenvolvimento, quanto em relação ao balanço preparatório de Beijing + 20. A Ministra Izabella Teixeira de fato afirma que essa questão está completamente presente nas ações do ministério do meio ambiente. A Ministra Tereza Campelo (MDS), também presente, enfatizou claramente seu compromisso com a perspectiva de gênero nas políticas do MDS. Ambos ministérios têm comitês, têm ações e as ministras estão cientes e interessadas, foi o que pareceu à Secretária Executiva Lourdes Bandeira. Temos que pensar e construir um conjunto de estratégias para que os/as servidores/as tenham compreensão da importância do tema para atuar de maneira mais efetiva. Vamos trabalhar nesse sentido para que em 2015 tenhamos resultados mais concretos nesse sentido.

Ana Carolina Santos deu ainda o exemplo da Agência Nacional de Águas: sabe-se da importância da mulher na gestão da água. Teoricamente, está tudo perfeito. Mas a resposta da Agência Nacional de Águas para o monitoramento do PNPM, no SIOP, é vazia. Não tem nada, não mostra nada.

Karla Hora, representante do MDA, explicou que se organizam da seguinte forma: têm o contato na SPOA do MDA, a SPOA sensibiliza os mais de cinquenta preenchedores/as no SIOP do MDA. Além disso, membros do mecanismo de gênero do MDA vão a cada preenchedor/a do SIOP para problematizar, criar instrumentos, dissecar como funciona cada programa, construir indicadores. O MDA entende que monitorar questões de gênero é muito mais do que desagregar dados. Para empoderar o mecanismo de gênero, é preciso efetivar ações de articulação e ações estratégicas, para fazer com que as outras áreas também façam sua parte em prol de maior equidade. É preciso construir uma estratégia conjunta. É preciso que mesmo que a pessoa do comitê de gênero não possa preencher diretamente, que possa acompanhar, que possa ver o que está sendo preenchido.

Lourdes Bandeira propôs algumas estratégias. Uma dentro de cada ministério; e outra entre cada órgão e o ministério do planejamento e entre os ministérios e a SPM. A SPM se dispõe a ir aos ministérios, fazer reuniões com os membros dos comitês com vista à sensibilizá-los ao melhor preenchimento do SIOP. A SPM está à disposição para pensar nessa complexidade. Não podemos ser pessimistas. Já avançamos. Sabemos que é uma tarefa complexa. Vamos melhorar.

Pausa para Almoço

Retomando os trabalhos, à tarde, a representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, **Marta Pordeus**, fez sua exposição, explicando que não foi possível trazer à reunião a posição atual do relatório SIOP, que ainda não foi fechado. Já foi fechado para preenchimento pelos órgãos, mas está em fase de revisão pelo Min Planejamento, Secretários Executivos e Casa Civil. Ela trouxe o último relatório da Agenda Transversal Políticas para as Mulheres e a estrutura da agenda tal qual está hoje (sem os preenchimentos). Sugeriu que se a reunião deste Comitê tivesse ocorrido em fevereiro, seria um bom momento para o preenchimento, pois os ministérios têm janeiro e fevereiro para preencher. Mas explicou que a pactuação final foi no fim da semana passada, estando agora na fase dos últimos ajustes, tendo sido enviado aos secretários executivos dos respectivos órgãos ontem, pois seguirá para diagramação em maio e impressão para em seguida ser enviada ao Congresso Nacional. Ela poderia abrir, durante a reunião, pela internet, a situação atual do monitoramento, mas como a Agenda Transversal Políticas para as Mulheres é muito extensa, não seria possível ir item a item durante a reunião.

Explicamos que o monitoramento e o preenchimento original de cada órgão, ocorrido em janeiro e fevereiro, estava sim no cronograma deste Comitê. Que cada membro do Comitê teve a missão de passar as informações aos preenchedores/as do SIOP, mas que não é possível aos membros do Comitê nem mesmo à SPM monitorar como o preenchimento foi feito, e que é exatamente neste momento, de consolidação e ajuste fino pelos secretários executivos, que queremos ter a última chance de influenciar no processo. Este Comitê gostaria de auxiliar o Min. Planejamento quando da atual análise crítica, para propor as últimas alterações.

A representante do Ministério do Planejamento concordou que é uma falha do sistema o fato da SPM e dos membros do Comitê não terem acesso nem nenhuma maneira de verificar como é que está sendo o preenchimento dos programas de outros órgãos que fazem parte daquela agenda. Seria necessário acompanhar o preenchimento para poder para

poder fazer os ajustes e aprimoramentos necessários. É um dos desafios das agendas transversais. Seria preciso que fosse permitido a cada um ver as demais ações da agenda.

Lourdes Bandeira passou a palavra para as que não estiveram presentes pela manhã e chegaram à tarde, para apresentações e relatos.

Vera Lúcia de Oliveira, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, cumprimentou a todos, desculpou-se pela ausência pela manhã, ocorrida por motivo de conflito de agenda. Relatou que foi uma grande conquista instalar o Comitê de Gênero no MAPA. Contou sobre o histórico que resultou na instalação do Comitê no mês passado, com a participação de todas as secretarias do MAPA. No dia da instalação, já tinham construído o plano de trabalho do Comitê. Colocou a questão do monitoramento, pois até então, no SIOP, era responsável por informar no sistema as ações do cooperativismo rural. Agora, com o Comitê, terão condições de informar e preencher com as informações de todas as áreas. O Comitê ficou responsável por cuidar de toda a agenda do PNPM no MAPA, inclusive as áreas de responsabilização sanitária, de integração lavoura e pecuária, das relações exteriores. Todo o ministério estará mais envolvido com o tema, com mais e melhores condições de monitorar o PNPM quanto às ações que estão sob responsabilidade do MAPA. Explicou sobre a credibilidade que o CooperGênero deu ao tema no MAPA, durante os dez anos de programa. Convidou os presentes a participarem da ExpoCoop em Curitiba, nos dias 15 a 17 de maio. No dia 15 acontecerá o seminário “CooperGênero uma década”, com convidados nacionais e internacionais, inclusive com a presença da Aliança Cooperativa Mundial, da Inglaterra, na figura de Pauline Green. O Ex ministro do MAPA, quem criou o CooperGênero, estará presente; e o atual ministro também. Serão levadas três experiências de sucesso, inclusive a experiência da cooperativa de flores da Paraíba, organizada pela Karla Rocha, que hoje trabalha na SPM/PR, uma mulher vencedora, que trabalhou sob ameaça da família. Hoje a cooperativa cresceu, passou fronteiras, está em outros estados vizinhos da Paraíba. O evento trará um balanço do programa CooperGênero, já consolidado no Brasil. Será o primeiro evento do Comitê, esse de maio. O Comitê será apresentado ao público nacional e internacional, mostrando o trabalho que está sendo feito pelo MAPA. É um ministério muito masculino, muito tradicional, e hoje já conseguimos nossos espaços. O Comitê poderá fazer muitos eventos e influenciar positivamente.

Esther Baltazar Alvim, representante do Ministério do Trabalho e Emprego - M T E, desculpou-se pela ausência pela manhã. Informou que o Núcleo de Gênero do MTE funciona desde 2008, que foi criada uma comissão de igualdade de oportunidades de gênero, de raça e de etnia, mediante a Portaria nº 219, e a partir daí começou a funcionar o núcleo de gênero diretamente ligado ao gabinete do ministro. Esta semana está havendo várias reuniões com atividades do MTE e participação ativa do núcleo de gênero, que tem presença inclusive no subcomitê de trabalho, que tem tratado de proteção de mulheres e meninas durante a Copa do Mundo, da questão do tráfico de mulheres etc. Os assuntos são bastante debatidos nas reuniões do subcomitê. Sobre o SIOP, informou que têm monitorado as sete ações prioritárias que o M T E possui no PNPM, entrando em contato com as várias áreas do M T E para que passem o que têm feito. Relatou que encontram dificuldades para contatar essas pessoas e que entraram em contato com o Ministério do Planejamento para ver como fazer o monitoramento do PNPM da melhor forma possível.

Marília Goulart, representante do Ministério da Cultura – MinC, trouxe notícias de bons resultados de parceria entre MinC e SPM/PR, como os dois editais que foram lançados: um pela Funarte/MinC, que premiou dez contempladas, que está em execução, em fase de recebimento de relatórios e teve um acompanhamento bem próximo da Funarte, onde a Funarte acompanhou bem de perto a execução dos projetos e foi uma experiência bastante exitosa. Os relatórios serão apresentados à SPM para registro. O outro edital é o Carmen Santos, para cinema, com dez curtas e alguns média metragens, de produções que contemplam as atividades da mulher. Os contemplados serão exibidos pela TV Brasil. Está em fase mais inicial, mas já superou as expectativas: foram 417 propostas apresentadas, para 16 projetos que estavam previstos para serem selecionados. Superou muito as expectativas. Nota-se que há algo represado nessa área, pois vieram muitas propostas. O grande evento agora é a Teia Nacional, encontro de todos os pontos de cultura. É o grande espaço de participação social, que ocorrerá de 19 a 24 de maio em Natal - RN. A Teia Nacional dialoga com a economia solidária. Estão sendo desenvolvidas duas rodas de conversa sobre a temática mulher. Convidou a SPM para compor essas rodas. Serão duas rodas de conversa e o MinC quer sugestões da SPM. Uma é intitulada “Empoderamento, reconhecimento e identidade: Presente e passado, considerações da identidade de gênero”. Foi lida a emenda. A segunda seria sobre mulheres negras, intitulada “Mulheres Negras e seus cabelos, fios de identidade em política cultural, afirmação e estética entrelaçados”. São propostas. Gostaria de uma reunião com a SPM até a semana que vem para ajustar os detalhes sobre essas rodas de conversa.

Propuseram, ao MinC, os nomes da professora Sheila Murta, do departamento de psicologia da UnB. Lourdes Bandeira, com base na ementa que foi lida, sugeriu outro título para a primeira roda: “Corpo, Poder e Identidade”. O Ministério da Saúde solicitou inserção na Teia, por terem assuntos em comum, tais como gravidez não desejada. A representante do CNDM, Silvana Veríssimo, sugeriu o nome da Professora de Recife Nilma Gomes, que estuda o simbolismo de cada cabelo. Vera Machado (CNDM) também mencionou a importância da Teia, de economia solidária e produtos de mulheres.

Marta Pordeus, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, retomou então o tema sobre a situação atual do preenchimento do SIOP, no que diz respeito à Agenda Transversal Políticas para as Mulheres, e as alternativas para melhorar o monitoramento do PNPM via SIOP.

Lourdes Bandeira fez a proposta de delinear uma estratégia que envolva: 1. conhecer e aperfeiçoar o sistema; 2. identificar os/as preenchedores/as; 3. definir o conteúdo relevante do preenchimento; 4. articular o que é interno (responsáveis pelo preenchimento) com o que é relativo ao PNPM (cada um enquanto membro do comitê PNPM).

Lúcia Rincón (CNDM) cumprimentou todos, parabenizou e cumprimentou os novos comitês de gênero, inclusive o nascido ontem, do Ministério da Defesa. Trouxe uma preocupação para reflexão, explicitando o quanto significa para o CNDM ver isso tudo acontecer. Entende que tudo que temos hoje surgiu de uma interlocução e se estruturou a partir de demandas do movimento social, inclusive do próprio CNDM, desde 1985. Avalia que as dificuldades de monitoramento são próprias de um Estado estruturado para atender e formular políticas para uma minoria privilegiada e não para a grande maioria desprovida. Isto significa dizer que um governo que queira direcionar as ações do estado para a maioria

da população, como hoje, tem muito trabalho a fazer. Se os ministérios encontram essas dificuldades para o monitoramento do PNPM, é possível imaginar as dificuldades do CNDM para o controle social. Precisamos fazer o controle social, o monitoramento. Socializou essa preocupação com o Comitê porque acredita que aqui estão pessoas que formulam políticas e que acreditam no valor do controle social. E este governo tem esta preocupação, manifesta, tanto na criação dos ministérios que daí vieram como na criação da agenda transversal. Quer discutir como será feito o monitoramento e a avaliação, e o que podemos melhorar. O que há hoje são informações que ficam em um círculo muito pequeno. Esse Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM é muito importante, é maravilhoso, tem de ser mais divulgado também, e valorizado pela perspectiva estratégica que tem. O movimento social tem tido dificuldades de fazer o monitoramento do PNPM e quer aperfeiçoar sua atuação.

Vera Machado (CNDM) perguntou como é a participação social no MD. O MD respondeu que já houve muitas conquistas em relação à participação social. Está sendo criado um comitê gestor para participação social. A própria criação da Secretaria Geral, cujo secretário é o Dr. Ari, que representa a vertente civil do MD, já autorizou a criação deste comitê. Inclusive, na Portaria de criação do Comitê de Gênero do MD já está previsto o convite ao CNDM. No MD há a preocupação de trabalhar com a sociedade civil. Como isso será conduzido e trabalhado está em construção, mas terá de ser um discurso muito qualificado, para não haver retrocesso.

A representante do Ministério do Planejamento, **Marta Pordeus**, mencionou, na esfera das dificuldades de conseguir informações, os cursos sobre direitos humanos para os servidores que o MD realiza. Pelo monitoramento, identificaram que em todas as escolas militares existe o curso de direitos humanos. Quase que essa informação não apareceu. E preciso circular as informações. Concordou com a Secretária **Lourdes Bandeira** sobre o delineamento de uma estratégia de atuação. Sugeriu, no item “conhecer o sistema”, também aperfeiçoar o sistema, para que as pessoas tenham acesso a toda a agenda, não somente ao programa. Hoje o acesso é muito restrito. E quanto ao “conteúdo”, mencionou a necessidade de avaliar o que foi preenchido, para identificar o que deveria estar e não está lá no SIOP. O SIOP disponibiliza o acesso público do que já está consolidado, não durante o processo de preenchimento. O relatório SIOP é encaminhado ao Congresso Nacional e a comissão mista de orçamento o avalia e o utiliza para propor projetos de lei.

Juliana Moraes Goes, representante do Ministério das Comunicações, mencionou que utiliza o acesso público do SIOP, onde poder ser consultado os recursos destinados para cada programa, mas que lá não há descrição do que está acontecendo. No entanto, é possível ver este detalhamento pelo Siga Brasil.

No debate, aperfeiçoando a estratégia a ser utilizada por este Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM para melhorar a qualidade do relatório SIOP, ficou definido que 1. será solicitado que o cada membro do comitê seja cadastrado no SIOP (ainda que só para ler); 2. que será identificado por cada membro do comitê quem é o ponto focal para o SIOP no seu respectivo ministério, ou seja, quem envia esse monitoramento para o monitor na SPI; e 3. será identificado por cada membro do comitê quem na SPI responde por aquela área (quem é o monitor de sua respectiva pasta na SPI/MP). Ficou também a tarefa de pensar como inserir o membro do comitê PNPM no fluxo de informações do SIOP (preenchedor, ponto focal no ministério, monitor na SPI). Foram debatidas também

preocupações de que, para a sociedade civil exercer de fato o controle social, não basta os dados que hoje existem no SIOP, mas é necessário ter acesso ao que foi executado.

Ana Carolina Santos, representante do MMA, mencionou que os membros do comitê de gênero do MMA ainda não têm domínio dos instrumentos, das ferramentas para fazer o monitoramento via SIOP, mas que gostaria de até antes da metade do ano fosse possível colocar tudo isso em prática. Perguntou se é possível fazer alterações nas metas pactuadas no PNPM. **Lourdes Bandeira** explicou que não há como fazer alterações no PNPM, pois foi construído nas conferências, houve inúmeras versões, foi encaminhado para todos os ministérios, e todos os ministérios tiveram tempo para olhar, propor mudanças, observações, o que efetivamente ocorreu em muitos casos, e por fim, dar o aval, ainda assim a Casa Civil pediu novamente o aval de todos os ministérios e com isso obtivemos o acordo de todos os ministérios membros do Comitê e o compromisso com a sociedade. Assim, alterações serão possíveis no contexto da próxima conferência.

Lidiane Gonçalves, representante do Ministério da Saúde, sugeriu que o Ministério do Planejamento chame os/as preenchedores/as SIOP órgão por órgão e explique a Agenda Transversal Políticas para as Mulheres para eles e da importância de procurar os mecanismos de gênero para informar sobre ações que constam desta agenda. Para viabilizar isso, **Marta Pordeus** sugere que haja um contato da SPM com secretaria executiva do Min Planejamento.

Dado o avançado da hora, a rodada para cada participante informar o andamento das ações do PNPM sob-responsabilidade do seu respectivo órgão ficou como ponto de pauta para próxima reunião do Comitê PNPM, mas essas informações devem ser enviadas por e-mail à Leila e à Camila, ambas da SPM, até 23 de maio. Até lá, construiremos por troca de e-mails as estratégias para o monitoramento efetivo das ações do PNPM, com definição de cronograma.

A próxima reunião será realizada no Ministério da Pesca e Aquicultura na sexta-feira dia 6 de junho das 9h às 13h.

A Secretária Executiva da SPM/PR, **Lourdes Bandeira**, agradeceu a presença de todos.